EMBORNAL *História da saúde e das doenças*
Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

A CONSTRUÇÃO NOTICIOSA DA EPIDEMIA DE CÓLERA NO CEARÁ PELOS JORNAIS PARTIDÁRIOS PEDRO II E O CEARENSE (1855 – 1863)

Dhenis Silva MACIEL[1]

Mayara Carolinne Beserra de ARAÚJO[2]

Resumo

Entre os biênios 1855-1856 e 1862-1863, a província do Ceará esteve envolta pela epidemia do cólera-morbus: inicialmente como uma ameaça e, posteriormente, como infestação concreta. Estes dois momentos foram narrados, entre outros, pelos jornais locais Pedro II (conservador) e O Cearense (liberal), que construíram, através de uma biosfera de textos, retratos da doença, sob perspectivas culturais e políticas. Nesta pesquisa, investigamos, a partir de indícios internos e externos ao discurso dos jornais (FAIRCLOUGH, 2016; GINZBURG, 2002; THOMPSON, 1981), de que modo cada publicação reportou a epidemia de cólera como acontecimento (ALSINA, 2009). Concluímos que os embates políticos, muito mais dinâmicos do que o dualismo conservadores-liberais, interferem no agendamento da doença, revelando-se na curadoria de conteúdos (intertextualidade) e em estratégias textuais (como a nominalização).

Palavras-chave: Cólera-morbus; política; jornalismo; acontecimento; discurso.

Abstract

Between the years 1855-1856 and 1862-1863, the province of Ceará was surrounded by the cholera-morbus epidemic: initially as a threat and later as a concrete infestation. These two moments were narrated, among others, by local newspapers Pedro II (conservative) and O Cearense (liberal), who built, through a biosphere of texts, portraits of the disease, under cultural and political perspectives. In this research, we investigate, from internal and external evidence to the discourse of newspapers (FAIRCLOUGH, 2016; GINZBURG, 2002; THOMPSON, 1981), how each publication reported the cholera epidemic as an event (ALSINA, 2009). We conclude that political clashes, much more dynamic than the conservative-liberal dualism, interfere in the scheduling of the disease, revealing itself in content curation (intertextuality) and textual strategies (such as nominalization).

Key-words: Cholera-morbus; politics; journalism; event; discourse.

Introdução

Entre os biênios 1855-1856 e 1862-1863, a província do Ceará esteve envolta pela epidemia do cólera-morbus. Em um primeiro momento (1855-56), as populações de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, fronteiriças ao Ceará, sofreram bastante com a nefasta passagem do "anjo do extermínio". Com a doença às portas da província, criou-se

[1] Doutor em História Social pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). Professor da Faculdade Católica de Fortaleza e da Rede pública de ensino (Seduc-CE). E-mail: Dhenis.maciel@gmail.com

[2] Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC). E-mail: jornalista.mayara@gmail.com.

uma tensão entre médicos, religiosos e autoridades públicas, que buscavam de algum modo se preparar. O cólera, no entanto, passou ao largo. A preocupação com a possibilidade de invasão esteve presente, como se pode perceber nos despachos – publicados em jornais – em que se destacam médicos para averiguar boatos de vítimas. Os doutores, contudo, retornavam com pareceres negativos e, desse modo, adotou-se a máxima: o Ceará estava livre do cólera – pensamento que se manteve entre praticamente todos os presidentes de província cearenses entre os anos de 1855 a 1862, o que só veio a colaborar a uma ideia alardeada desde 1850 pelo ex-presidente da província Fausto de Aguiar que dizia que "A salubridade do clima desta capital, como de toda a província, é uma forte garantia contra o desenvolvimento de moléstias epidêmicas de ruim carácter"[3] .

Quando, em fevereiro de 1862, cartas foram publicadas pela imprensa dando conta de mais uma possível invasão da doença (por ocasião de um surto em terras paraibanas), a mobilização foi pequena. Não houve nenhuma contratação extra para médicos, nem mesmo dietas armazenadas. E não era o Ceará um bastião de salubridade e bonança? E foi assim que, ao início de março de 1862, o cólera encontrou uma província desguarnecida. A doença chegava com a violência que lhe era típica, percorrendo sertões, serras e litorais cearenses, e deixando para trás cadáveres e lágrimas de luto.

Estes dois momentos foram narrados pelos jornais cearenses em circulação no período – Pedro II, O Cearense, O Araripe e O Comercial, em editoriais e artigos próprios, mas também pela publicação de cartas, ofícios do governo e receitas médicas – construindo, através de uma biosfera de textos, retratos da doença – enquadrada por perspectivas culturais e políticas. Nesta pesquisa, abordaremos os dois primeiros jornais, Pedro II e O Cearense, posto que, além de serem os de maior circulação e tiragem, também eram diretamente vinculados a grupos políticos locais – liberais e conservadores, respectivamente. Pretendemos perceber, a partir da recorrência de menções à doença e de análise dos discursos presentes nos jornais, de que modo cada publicação reportou a epidemia de cólera nos dois biênios (1855-56 e 1862-63) e como as disputas políticas do período interferiram e atravessaram o enquadramento do acontecimento nos jornais. Importante considerar que se trata de um evento anterior à imprensa de massas[4], num país marcado por alto índice de analfabetismo e, portanto, elitização do público leitor; e por uma produção não-profissional. Nesse período, os periódicos brasileiros ainda eram produzidos, em geral, por grupos muito pequenos, e serviam

[3] AGUIAR, Fausto de. *Relatório de Presidente de Província*. Ceará: Typographia Cearense, 1 jun. 1850, p.18-19
[4] ALSINA, Miquel R. *A construção da notícia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

para difundir as opiniões deles. A mídia impressa se convertia, assim, em palco de embates políticos.

Mas porque o cólera mobilizou tantos esforços, tornando-se tantas vezes assunto dos jornais? Durante o período do império não era habitual a existência de doenças que periodicamente atacavam a população, principalmente a mais pobre? Sim, mas o mal que chegava possuía um profundo caráter desumanizador. O cólera é uma doença provocada pelo vibrião colérico (*vibrio colerae*) e ataca diretamente o sistema digestivo, causando dores abdominais, diarreia intensa e vômitos. Os sintomas levavam à imediata prostração e a uma considerável perda de líquidos e sais minerais. Segundo Lewinsohn, "dentro de uma semana, uma vítima do cólera pode produzir o equivalente de todo o seu peso do corpo na forma de líquido diarreico"[5]. Devido à desidratação, os músculos entravam em distúrbio hidroeletrolítico, sendo acometidos de câimbras, principalmente no abdômen e nas panturrilhas. Além disso, a pele ressecava, escurecia e enrugava. Em poucas horas, o paciente se tornava uma "caricatura enrugada de si próprio"[6].

Juntamente com a varíola e a lepra, o cólera tinha um forte poder "desumanizador". Desse modo, as marcas evidentes do mal causavam não somente a dor física aos adoentados, mas também uma dor simbólica a todos que os rodeavam – que tinham de lidar com odores pútridos, denunciadores da degenerescência do corpo de dentro para fora. Até mesmo os mais dedicados cuidadores – do corpo e da alma – abandonavam pacientes/fieis em nome da preservação de suas próprias vidas. O cheiro nauseabundo que lhes invadiam as narinas, somado à visão do cadáver adiado jogado sobre o leito, por vezes, era demais para médicos, enfermeiros, curadores, sacerdotes e beatos.

Debate teórico: jornalismo de opinião e construção social da notícia

Nesse contexto de tensões políticas e corpos nauseabundos, os jornais politico-partidários reportaram a doença. Observar os discursos desses periódicos nos leva a imagens distintas. A doença, que, a priori, é a caracterização de um conjunto sintomático, deve ser lida também como um elemento da cultura humana, posto que é o sujeito que significa a interação entre microrganismos no interior dos corpos. Essa perspectiva remete ao conceito de construção do acontecimento jornalístico apontado por Alsina. Para o autor:

---

[5] LEWINSOHN, Rachel. *Três epidemias lições do passado*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p. 110.
[6] SONTAG, Susan. *A doença como metáfora*. Rio de Janeiro: Graal, 2002, p. 108.

> 1) Os acontecimentos são gerados através de fenômenos que são externos para o sujeito. 2) Mas os acontecimentos não fazem sentido longe dos sujeitos, pois são eles os que lhes conferem sentido. 3) Os fenômenos externos que o sujeito percebe tornam-se acontecimento por causa da ação deste sobre aqueles. Os acontecimentos se compõem das características dos elementos externos nos quais o sujeito aplica seu conhecimento"[7].

Desse modo, o cólera-morbus, por exemplo, é fruto do conhecimento dos sujeitos sobre um conjunto de sintomáticas. A doença como acontecimento, por sua vez, significa o seu conceito, mas principalmente tudo aquilo que ela é capaz de causar à província, implica a sua relação com os sujeitos: "o acontecimento é o resultado da brutal coexistência de um fato com outros fatos"[8]. Contudo, nem sempre acontecimento fora entendido como fenômeno contextual e, logicamente, nem mesmo os critérios do que se entende por acontecimento foram os mesmos. Considerando as concepções de construção da notícia (entendendo-a como todo enunciado jornalístico), tem-se que, segundo a teoria do espelho, por exemplo, o acontecimento seria integralmente transposto para os jornais (as notícias seriam, portanto, "o espelho da realidade"[9]; já para a teoria do gatekeeper, as notícias resultariam de uma seleção prévia dos acontecimentos, "com base nas opções particulares de cada jornalista selector"[10]. Já de acordo com construcionistas, interacionistas e unionistas[11], o acontecimento é selecionado e interpretado a partir de uma multiplicidade ainda mais ampla de fatores, incluindo influências culturais e sociais dos sujeitos componentes de todo o ecossistema de produção da notícia. Se o acontecimento é um fenômeno social determinado histórica e culturamente, "cada sistema cultural vai concretizar quais são os fenômenos que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos"[12]. Esta observação nos é especialmente relevante porque, para entender as leituras que se fazem de uma epidemia na

---

[7] ALSINA, op. cit., p. 114.
[8] LEMPEN, 1980 apud ALSINA, op. cit., p.115.
[9] SOUZA, Jorge Pedro. *Por que as notícias são como são? Construindo uma teoria da notícia*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, 2002, p. 04.
[10] Idem.
[11] TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega Editora, 1999. E SOUSA, Jorge Pedro. Construindo uma Teoria Multifactorial da Notícia como uma Teoria do Jornalismo. Estudos em Jornalismo e Mídia, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 73-92, jan. 2005. ISSN 1984-6924. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2090. Acesso em: 18 abr. 2019.
[12] ALSINA, op. cit., p. 115

segunda metade do século XIX faz-se necessário considerar as características próprias do jornalismo desenvolvido no período, anterior à imprensa de massas.

Autores como Ciro Marcondes Filho (2000)[13], no Brasil, e Charron e Bonville (2016)[14], no Canadá, distinguem marcos temporais reveladores das transformações no campo jornalístico. Marcondes Filho (2000) divide em pré-história, primeiro, segundo, terceiro e quarto jornalismo, abarcando de 1631[15] até o tempo presente. No 'primeiro jornalismo', que tem início na Revolução Francesa e segue até a metade do século XIX, o principal fenômeno é o advento do jornalismo político-literário, "em que as páginas impressas funcionam como caixa acústica de ressonância de programas político-partidários"[16]. Para o autor, este período também comporta o início do processo de profissionalização dos jornais, com as primeiras redações, que se consolidam no 'segundo jornalismo'. A divisão proposta por Marcondes Filho encontra grande semelhança na de Charron e Bonville[17]. No 'jornalismo de transmissão', em meados do século XVIII, o impressor atuava como um curador de anúncios, notas, pequenos registros, não necessariamente desenvolvendo uma identidade discursiva – o que aconteceria a partir do século XIX, com o 'jornalismo de opinião':

> Num contexto de transformação das instituições políticas (debates sobre o direito do voto e responsabilidade ministerial, desenvolvimento de um sistema partidário, etc.) o gazeteiro, transformado em editor, põe o jornal a serviço das lutas políticas. Lugar de expressão e de combate políticos, o jornal de opinião prega aos convertidos recrutados na elite política, religiosa e comercial.[18]

A imprensa político-partidária circunscrita no 'jornalismo de opinião' esteve interessada sobretudo em difundir a visão de mundo de certos indivíduos ou grupos específicos, pesando na apreensão dos 'valores' muito mais do que dos 'fatos'[19]. Como afirma Amaral[20], "comprava-se (assinava-se) jornal para saborear a versão parcial dos

---

[13] MARCONDES FILHO, Ciro. *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.
[14] CHARRON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.
[15] Este marco se justifica pelo lançamento da La Gazette, em 30 de maio de 1631, produzida pelo médico francês Théophraste Renaudot (1586-1653).
[16] MARCONDES FILHO, Ciro. Op. Cit. p. 11.
[17] Os autores canadenses distinguem quatro períodos em que as práticas jornalísticas passaram por transformações paradigmáticas: jornalismo de transmissão (meados do século XVIII), opinião (séc. XIX), informação (até 1980) e comunicação (de 1980 aos dias atuais).
[18] CHARRON; BONVILLE. Op. Cit. p. 29.
[19] SCHUDSON, Michael. *Descobrindo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos*. Petrópolis: Vozes, 2010.
[20] AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1996, pp. 25-26.

acontecimentos e para se ler as críticas aos adversários, quase sempre pessoais, procedentes ou não"[21] Essa forma subjetiva/parcial de apreensão dos acontecimentos só mudaria a partir de 1930, quando ocorre o que Amaral chama de: "passagem da imprensa politizante para uma imprensa comercializada"[22].

Convém, no âmbito deste estudo, situar os objetos de pesquisa historicamente, para perceber como se relacionam à discussão teórica empreendida. Fundado deliberadamente como órgão de divulgação das ideias do partido liberal, o jornal O Cearense teve sua primeira edição publicada em outubro de 1846 (portanto, durante a primeira metade do século XIX), e tinha por editores os políticos Frederico Pamplona, Tristão Araripe e senador Pompeu, além de Miguel Ayres, João Brígido, Dr. José Pompeu, Conselheiro Rodrigues Júnior e João Câmara[23]. Durante 46 anos, esse grupo se manteve com poucas alterações à frente do jornal liberal, tendo sua unicidade interrompida apenas quando da cisão dos Pompeu (que, ao se desvincular, fundam um novo jornal, chamado Gazeta do Norte – remontando à lógica do jornal como retrato do dono: "a imprensa na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz"[24].

Já o segundo periódico a ser analisado, o conservador Pedro II, teve seu primeiro exemplar impresso em 12 de setembro de 1840 e seguiu sendo publicado ininterruptamente durante 50 anos. Após a proclamação da República, mudou de nome para "O Brazil", mas em janeiro de 1890 fecha suas portas. Se os liberais, logo após o golpe militar que implantou a República, tomaram para si o título de representantes das ideias republicanas, os conservadores não tiveram a mesma capacidade de adaptação e, pouco depois, encerraram as atividades do jornal.

Percebe-se, portanto, que os periódicos analisados se aproximam das características próprias do jornalismo de opinião produzido à época – ambos produtos do pensamento de um grupo político-partidário para fins igualmente políticos. Tanto que rupturas profundas à ordem de governo, como a proclamação da República, interferem diretamente no rumo dos jornais.

---

[21] Importante ressaltar que, ainda que os autores – tanto Marcondes Filho (2000) quanto Charron e Bonville (2016) – estabeleçam marcos temporais para essas viradas paradigmáticas, admite-se, na verdade, uma fluidez entre esses "jornalismos", com características da primeira fase atravessando a segunda, desta atravessando a terceira e vice-versa, num movimento dinâmico, a depender de diversos fatores – econômicos, políticos, tecnológicos, culturais.
[22] AMARAL, Luiz. Op. cit, p. 26.
[23] FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História Social). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004, p. 37.
[24] MARCONDES FILHO, Ciro. Op. Cit. p. 12.

Diante desse cenário, pretendemos observar como oscilações externas e internas dos partidos são capazes de reorientar a construção dos acontecimentos (no caso deste estudo: da doença).

Método indiciário, incidentes dramáticos, experiência e Análise de Discurso Crítica

Como aporte metodológico desta pesquisa, combinamos o método indiciário, das pesquisas históricas, o conceito de incidentes dramáticos proposto por Charles Rosenberg[25], a ideia de experiência[26] e a Análise de Discurso Crítica[27].

O método indiciário consiste na percepção analítica de elementos que muitas vezes não despontariam em um primeiro olhar. É a compreensão de que não é necessariamente o explícito, mas tudo que lhe cerca e as minucias que carrega (ou que deixa de carregar), que permite um vislumbre maior do acontecimento. Segundo Ginzburg, é possível remeter as raízes deste método a Morelli, historiador da arte, que, ao final do século XIX, elaborou sua técnica de atribuição de quadros aos autores devidos partindo da premissa de observar os "pormenores mais negligenciáveis, e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos das orelhas, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés"[28]. Inicialmente, as proposições do pesquisador italiano foram criticadas pela comunidade de historiadores da arte. Wind chega a afirmar que os livros de Morelli eram insólitos, posto que povoados de dedos e orelhas, traindo "a presença de determinado artista como um criminoso é traído por suas impressões digitais. (...) Qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de um museu criminal"[29].

Este olhar minucioso para os signos pictóricos concedeu a Morelli a associação com Sherlock Holmes – personagem ficcional de Sir Arthur Conan Doyle – cujas obras são contemporâneas deste debate. Para o detetive londrino não se tratava de ver, mas de enxergar[30]. Por sua feita, Freud (1914) aponta também aproximações entre a psicanálise médica e o método moreliano, já que ambas teriam "o hábito de penetrar em coisas concretas

---

[25] ROSENBERG, Charles E. 1992 *Explaining epidemics and other studies in the history of medicine*. Cambridge, Cambridge University Press.
[26] THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria, ou, um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
[27] FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001; 2016.
[28] GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 144.
[29] WIND, 1972 apud GINZBURG, op. cit., p.145.
[30] "– Quando ouço suas razões – disse eu [Watson] – as coisas parecem torna-se tão simples, que facilmente penso conseguir o mesmo, embora fique cada vez mais confuso, até que você explique seu processo…
Todavia, creio que minha vista é tão boa quanto a sua.
– Perfeitamente – Respondeu ele acendendo um cigarro e atirando-se numa poltrona. – Você vê, mas não observa. A distinção é clara." DOYLE, Sir Arthur Conan. Sherlock Holmes: obra completa. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2016, p.251).

e ocultas através de elementos pouco notados ou desapercebidos”[31]. Ao comentar sobre as semelhanças entre eles, dizia Ginzburg (2002, pp.150-151): “Nos três casos, pistas talvez infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível. Pistas, mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios (no caso de Sherlock Holmes), signos pictóricos (no caso de Morelli)”[32]. Em pesquisas históricas, o método indiciário parte, portanto, de elementos contextuais – internos e externos ao discurso – para interpretar os objetos de pesquisa.

É possível portanto, observar os acontecimentos por meio do conjunto de textos e representações que permitem ao pesquisador vislumbrar elementos contextuais mais amplos. Entretanto, mesmo diante de contextos que permitam a teorização sobre os acontecimentos, é apenas o olhar atento para a “experiência” que faz com que se perceba as especificidades de dado acontecimento. Charles Rosenberg[33] ao estudar sobre a manifestação da epidemia de cólera nos Estados Unidos do século XIX, cunhou o conceito de incidentes dramáticos que formariam uma espécie de roteiro pelo qual a sociedade lidaria com uma manifestação epidêmica composta por quatro etapas: 1) negação (por descrença ou desconhecimento do perigo) e a admissão apenas quando inevitável; 2) explicação por parte das autoridades (seja de ordem moral, religiosa ou mesmo científica); 3) respostas públicas dadas a doença (rituais de purgação e expiação, ...) ; 4) Reflexão da comunidade sobre o acontecido.

É possível perceber estas etapas nas narrativas construídas pelos jornais aqui analisados, contudo, a experiência – esse olhar atento ao acontecimento, que não se prenda a tentativa sempre perigosa de encaixar a realidade vivida a teoria feita aprioristicamente, nos permite perceber algumas questões próprias da forma como a doença foi sentida, narrada e lida na província cearense.

Neste artigo em específico, atentamo-nos a recorrências de termos citados nos jornais e a negociações políticas externas a eles para ler a construção da doença como acontecimento. Valemo-nos ainda, como ferramenta metodológica coadjuvante, das categorias de análise intertextualidade e metáfora (elaboradas por Fairclough), para complementar a visada pormenorizada dos textos[34].

---

[31] FREUD, 1914 apud GINZBURG, op. cit.
[32] GINZBURG, op. cit., p. 150.
[33] ROSENBERG, Charles, op. cit.
[34] As categorias provém da Análise de Discurso Crítica (ADC), método qualitativo desenvolvido a partir de contribuições teóricas que associam linguagem e pensamento social (como Gramsci, Althusser, Giddens e Foucault). Segundo Fairclough, “(...) qualquer ‘evento’ discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado como simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social” (FAIRCLOUGH, op. cit., p. 22). Por texto, o autor considera qualquer discurso materializado a partir da

Intertextualidade consiste na diversidade de textos presentes no discurso analisado. Segundo Kristeva[35] intertextualidade implica "a inserção da história (sociedade) em um texto e desse texto na história": todo texto remete a/reacentua textos passados e, desse modo, contribui para transformações mais amplas, moldando textos subsequentes. A intertextualidade é dividida em manifesta, quando "se recorre explicitamente a outros textos específicos em um texto"[36], e constitutiva (também nomeada interdiscursividade): quando se percebe a combinação de elementos de formações discursivas em um mesmo discurso[37].

Considerando as disputas políticas que se revelam no interior dos textos, as metáforas são indícios explícitos de aproximações de discurso. "Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos"[38].

Assim, a partir de interpretações textuais (observando intertextualidades e metáforas) e extra textuais, pretendemos perceber de que modo as mudanças de posições dos sujeitos políticos no Ceará se indiciam na construção da epidemia de cólera como acontecimento.

Análise

Como dito na discussão teórica, o jornal Pedro II representava o pensamento conservador. No entanto, seu posicionamento não era explicitado claramente desde a capa. Era necessário ao leitor capacidade de interpretação para entender a mensagem da frase de abertura: "Os mais experimentados, levantai-os. Se com a experiência tem bondade, para o vosso conselho, pois que sabem o como, o quando e onde as coisas cabem". Desde já, revela-se um exemplo de intertextualidade manifesta: tal frase, retirada da epopeia "Os Lusíadas", tinha por objetivo mostrar que eles, os conservadores, guardiões da "ordem, constituição,

---

linguagem; por prática discursiva, as condições de produção, distribuição e consumo dos textos; e por prática social, o contexto macro de negociações de poder – hierarquia e hegemonia. Para Fairclough, o discurso é, portanto, elemento constituinte e não só constituído – colabora para a construção de identidades sociais, de relações sociais entre as pessoas e de sistemas de conhecimento e crença. Entendemos que essa premissa dialoga com o olhar ginzburguiano para o desapercebido.

[35] KRISTEVA, 1986 apud FAIRCLOUGH, op. cit., p. 140.

[36] FAIRCLOUGH, op. cit., p. 158.

[37] Discurso é entendido por Fairclough (op. cit., p.95) como "uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros", ações estas limitadas/moldadas por formações discursivas: regras para a formação de modalidades enunciativas, posições de sujeito, estratégias, etc. O discurso religioso, por exemplo, implica um conjunto de posições de sujeito (padre, bispo, fieis, etc), turnos de fala, elementos semânticos próprios, etc.

[38] FAIRCLOUGH, op. cit., p. 250.

monarquia e direito dos cearenses"[39] poderiam fazê-lo exatamente por serem mais experimentados, conhecedores da política e da história.

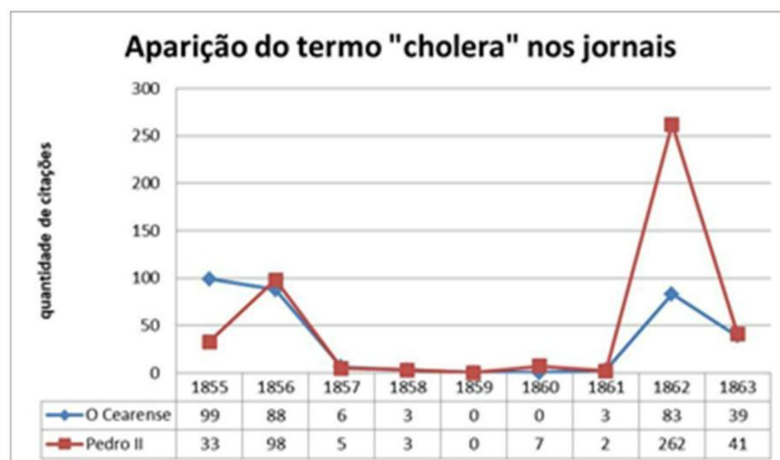
Durante o primeiro biênio desta análise (1855-1856), Pedro II servia de folha oficial do governo. Nele eram publicadas as ações do poder provincial e sínteses de ofícios expedidos às mais diversas autoridades e personalidades da província. Desse modo, pode-se auferir que tanto o jornal se constituía de uma pluralidade de textos como de ordens de discurso, como se percebe em:

> *Idem (oficio) – Ao Dr. Chefe de Policia* – Que tendo convocado os médicos residentes nessa cidade para emitir seu parecer acerca das próximas medidas que cumpria fossem tomadas contra a invasão do cólera morbus, que presentemente grassa no Pará acordaram eles nas prevenções constantes do oficio, que a este governo dirigiram, e *que vai impresso no periódico Pedro II, que junto remetia a S.S. para que as fizesse observar rigorosamente nessa cidade* [grifo osso] (PEDRO II, 1855, p.1 – 28/08/1855).

As marcas de intertextualidade se indiciam, sobretudo, na menção direta ao documento reproduzido e a quem se destina. Não havendo secretarias de saúde nas províncias, o cumprimento de demandas relacionadas à pasta cabia ao chefe de polícia. Além do título, o tom narrativo do documento, próprio das notas oficiais do governo, também manifesta a presença do formato ofício. Considerando, por sua vez, a interdiscursividade, nota-se no excerto uma série de ordens discursivas: a governamental, superior, que dá a saber das medidas tomadas e emite uma ordem; a médica, que emite um parecer de prevenção constante; a policial, capaz de fazer cumprir a ordem; e a do próprio jornal, "que junto remetia a S.S. para que as fizesse observar" (PEDRO II, 1855, p.1), ou seja: não só promovia mediação de discursos, mas os referendava. Esse trecho é o primeiro a conter alguma referência à epidemia de cólera no jornal Pedro II. Em uma breve análise quantitativa de citações ao cólera entre 1855 e 1863, temos:

Figura 1 – Aparição do termo cholera nos jornais Pedro II e O Cearense

[39] FERNANDES, op. cit., pp.70-71.



	1855	1856	1857	1858	1859	1860	1861	1862	1863
O Cearense	99	88	6	3	0	0	3	83	39
Pedro II	33	98	5	3	0	7	2	262	41

Fonte: Produção própria.[40]

A diferença de abordagem no primeiro biênio e no segundo pelo Pedro II é considerável. Os primeiros dois anos, marcados pela expectativa e pelo medo da possível chegada da doença, tiveram ao todo 131 citações diretas ao termo; os em que a doença realmente esteve em terras cearenses tiveram 303 referências, sem contar as expressões como "epidemia reinante" ou "judeu errante". Além do fato de, em 1862-1863, ter havido a manifestação concreta da doença na província (o que, per se, já promoveria um aumento de citações), acreditamos que a disparidade de citações entre os períodos se dê também pela reorientação política do jornal em relação ao presidente de província. Explicamos: se, no primeiro biênio, o jornal estava vinculado ao governo como folha oficial, no segundo momento se pôs em oposição ao então presidente, José Bento da Cunha Figueiredo Júnior. Nessa circunstância, as páginas de Pedro II foram extremamente ácidas em suas abordagens, bem mais, inclusive, do que O Cearense, que, no primeiro biênio (1855-1856), fazia esse papel de oposição. O trecho abaixo é um bom exemplo:

> Estamos porém desenganados que o Sr. José Bento nada fará em benefício da população de Baturité; *que morrerá toda a mingua*; e que aquele importante ponto terá de desaparecer e ficar aniquilado por muito tempo como Pacatuba e Maranguape. (...) *Só o GOVERNO IMPERIAL, SÓ O NOSSO ADORADO IMPERADOR poderá salvar a província do abismo a que arremessou-a o Sr. José Bento por sua imprevidência* [grifo nosso] (A EPIDEMIA, 1862, p. 1 – 11/07/1862)

---

[40] Com informações de MACIEL, Dhenis Silva. *Dos sujeitos, dos medos e da espera: a construção social do cólera-morbus na província cearense (1855 – 1863)*. 2017. 270f. Tese (Doutorado em) Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2017. Disponível em: http://www.repositoriobib.ufc.br/00003f/00003fea.pdf . Acesso em: 12 de maio de 2019.

Aqui, claramente, o teor narrativo e moderado dos ofícios é abandonado. O jornal assume a terceira pessoa do plural e, institucionalmente, posiciona-se como opositor do presidente de província. Para tanto, chega a clamar ao governo imperial, algo bastante raro entre os jornais da época, e utilizando letras em caixa alta. Vale ainda pontuar a inclusão dos nomes como modo de responsabilização, fortalecendo a denúncia. Para Fairclough, a orientação política de um jornal determina, por exemplo, se mortes são apenas infortúnios (eventos corriqueiros sem possibilidade de culpabilização) ou o contrário. Esse movimento é perceptível no tratamento do Pedro II à doença: inicialmente, compreende-a como uma ameaça externa, para a qual o governo (e seus setores médico e policial) já se prepara. Posteriormente, o cólera é retratado como fruto da 'imprevidência' de José Bento.

O que intriga a um primeiro olhar é o fato de que José Bento Júnior (presidente de província no ano de 1862 – no qual a doença chega ao Ceará) era dos quadros do partido conservador, o mesmo do jornal Pedro II. Ocorre que, entre as medidas tomadas pelo novo mandatário, está a demissão de Dr. Franco do cargo de chefe da inspetoria do tesouro público provincial. Acusado por José Bento Júnior de ser preguiçoso e de não entender nada de finanças[41], Dr. Franco, além de ter sido um dos membros mais antigos da bancada conservadora, era também editor do jornal.

Estava, portanto, aberta a temporada do fogo amigo – que tomava a peste por pretexto. Por exemplo: o caso da vila de Maranguape. A história do cólera nesta vila se assemelha com a das outras dos maciços de Baturité e Aratanha. Essas localidades, durante os períodos de seca, por diversas vezes foram centros para onde migrou a população sertaneja, à procura da água que banhava as plantações e que deu a essa área o título de serras verdes. Mas o cólera precisava exatamente desta água para se proliferar, e, não à toa, atacou as serras com maior virulência. Ocorre que Dr. Franco residia em Maranguape. De tal sorte que, ao se encontrar, na Coluna Pedro II, títulos como: "O Maranguape está se aniquilando", não se pode inferir que apenas a gravidade da doença tenha determinado seu agendamento. Segundo este artigo, por exemplo, Dr. Franco teria tentando mostrar ao presidente que Maranguape seria duramente atacada pela peste, mas Bento Júnior o teria ignorado – novamente, a doença é construída como causa da inoperância de um homem só. Tendo sido abandonado por seus

[41] Em texto publicado pelo jornal O Commercial, José Bento Júnior justifica assim demissão de Dr. Franco: "O sr. Dr. Franco não é arguido de improbidade; mas que todos lhe conhecem a sua habitual preguiça e nem seu jeito para finanças, tanto que assim que um dos administradores desta província para obter esclarecimentos recorria a outros empregados prescindindo do sr. Dr. Franco que quase nada entende de negócios de sua repartição, e que isto explica a razão de não ir pior o serviço da tesouraria com a direção do inspetor interino enquanto o efetivo não assume o exercício" (O COMERCIAL, 1862).

pares, José Bento Júnior acabou encontrando refúgio – veja só – no jornal liberal: O Cearense. Antes, contudo, durante o primeiro biênio da doença (1855-1856), o jornal se portou como questionador da falta de ações preventivas por parte da província, como sugere a seguinte passagem:

> É infelizmente verdade que um mal epidêmico do caráter do cólera asiático se manifestou no Pará, onde tem feito crescimento do número de vitimas (...). Se como cristãos corremos em primeiro lugar aos socorros religiosos, como o primeiro refugio, e seguro amparo de nossas aflições, como homens prudentes, como porção de um povo civilizado, devemos tomar cautelas, e medidas previdentes, que a ciência, e a experiência ensinam. (...) Não somos terroristas e não escrevemos estas linhas para incutir o pânico (...). Esperamos pois que o governo, e que as nossas autoridades se compenetrarão da gravidade do objeto, e empregarão a solicitude, que ele inspira; podendo contar, a este respeito, com o nosso fraco, mas sincero apoio. (O CEARENSE, 1855, p.1, 26/06/1855)

No excerto, o periódico informa a ameaça da doença e lança mão dos discursos religioso e científico para justificar sua posição política: apesar de considerar a gravidade da circunstância, não dará ao governo senão um “fraco, mas sincero apoio” (O CEARENSE, 1855). Ainda em 1855, começa a publicar uma série de textos transcritos de outros jornais ou enviados para a sua redação com orientações sobre o tratamento de cólera adotado por médicos. A intenção era permitir que a própria população buscasse formas de tratamento, já que não se podia contar com o governo.

Recorrendo aos números, ao longo do restante da década de 1850 o jornal fez poucas menções ao cólera, com queda acentuada entre 1855 e 1861. Interessante notar que, entre os anos de 1855 e 1856, que marcaram a espera pela chegada da epidemia, têm-se um total de 187 notas e referências diretas ao cólera. Já no segundo biênio (1862-63), as referências, mesmo sendo mais frequentes do que nos anos anteriores, somam apenas 122. Em 1856, por exemplo, há 51 menções à doença a mais do que em 1862, auge da epidemia. Justamente neste ano, O Cearense saía em defesa do mandatário provincial, publicando cartas elogiosas à sua atuação, tais como:

> Crato, 11 de agosto de 1862.
>
> O Pedro II tem sido por demais injusto com o presidente (...) a verdade é que o Dr. José Bento tem prestado os mais valiosos serviços a esta comarca na quadra dolorosa porque passamos, e esta verdade é para nós um dever de gratidão pronunciá-la bem alto. Seu colega amigo, Manoel C. Bastos do Nascimento.

> Santa Quitéria, 24 de agosto de 1862.
>
> (...) Não podemos deixar de agradecer ao Exm. Sr. Presidente pela prontidão com que nos socorreu aqui de remédios, dinheiro, & De nossa parte só temos a
> agradecer-lhe; e creio que todos logo o mais o dirão (...) (O CEARENSE, 1862, p. 02, 02/09/1862)

Novamente, exemplos de intertextualidade associada à construção de opinião e de recorte do acontecimento: não se trata apenas de uma reprodução imparcial de cartas, mas da seleção das correspondências recebidas em função de promover uma leitura específica da doença, sob uma angulação favorável aos interesses do jornal. A reprodução das cartas conservando, inclusive, a estrutura típica do formato (com cabeçalho, agradecimentos e assinatura), confere à publicação efeito de imparcialidade e realidade – como se o jornal, ao publicá-las, apenas concedesse a palavra à população. De outra feita, o jornal cita o termo em referência a como a corrupção é uma doença mais grave e que deve causar mais temor do que o cólera-morbo. Aqui, a metáfora incide sobre a construção da realidade, diluindo a gravidade da doença e silenciando sua materialidade, como se transpusesse o cólera da denotação à conotação.

A mudança de postura d'O Cearense é menos explícita do que a do Pedro II, comportando algumas linhas de interpretação: além da aproximação do presidente José Bento Júnior de membros do partido liberal, a redução de menções à peste também pode resultar do cansaço dos espíritos dos membros do jornal, em luto pela perda de seus correligionários – afinal, ainda se tratam de seres humanos reportando a dor da morte violenta de outros seres humanos.

Conclusão

Se a construção do acontecimento sofre interferências diretas de elementos externos ao discurso (eventos históricos, políticos, culturais) – como apontam os autores dos métodos escolhidos para esta investigação, consequentemente, tais interferências deixam pistas no interior dos discursos. No caso do objeto escolhido, as disputas políticas, externas aos discursos dos jornais, revelavam-se tanto no agendamento da doença, determinando-lhe a relevância – o que se pode perceber através das menções ao cólera ao longo dos anos – quanto em seleção de textos (ofícios, cartas, receituários, orações) componentes da mancha gráfica

(intertextualidade manifesta); uso de metáforas e ordens de discurso religioso e científico; e mesmo em discursos diretos, lançando mão de voz ativa e nominalização para explicitar críticas e defesas de posição.

Além disso, vale ressaltar o dinamismo interno dos grupos politico-partidários no Brasil, elemento que precisa ser considerado em pesquisas desta ordem, sobretudo inseridas no contexto do jornalismo de opinião. Os embates característicos deste período estão para além de rivalidades partidárias: são da ordem dos sujeitos – e, portanto, muito mais dinâmicas. A rusga que determina a mudança de posicionamento do jornal Pedro II se dá entre pares: José Bento Júnior, presidente de província, e Dr. Franco, ex-chefe da inspetoria do tesouro público – ambos pertencentes ao partido conservador. Portanto, não nos parece salutar pensar os embates e narrativas dos jornais a partir de teorias que tentem enquadrar os sujeitos em caixotes estanques: conservadores e liberais. Cremos ser fundamental a compreensão das rusgas a retomada da ideia de termo ausente, ou experiência como diria Thompson. Olhando para o fazer(-se) dos sujeitos é que se pode ter a dimensão de como essas linhas de força – discursivas e empíricas – constroem os acontecimentos. Estanque às estruturas, o pesquisador corre o risco de perder de vista o sujeito, que – ao fim e ao cabo – é quem faz a história.